

DE GRAMSCI A LACLAU

Cesarismo e populismo em perspectiva

Maria Raphaela Campello e Caio Gontijo*

RESUMO

Este artigo dedica-se ao exame das proposições de Antonio Gramsci e Ernesto Laclau no tópicio da crise. Partindo, de um lado, da ideia de cesarismo/bonapartismo tal qual apresentada por Gramsci e, de outro, da ideia de populismo como posta por Laclau, busca-se debater os pontos de convergência e divergência entre suas categorias e suas implicações para a análise dos períodos de crise de hegemonia — ponto de partida de um como de outro autor. Assim, sob as lentes da hegemonia e das implicações de sua dissolução, procura-se colocar o marxismo e o pós-marxismo, cada um representado por um de seus mais importantes teóricos, em diálogo. Com esse movimento, espera-se obter uma compreensão ampla dos movimentos em que a crise se gera e é aparentemente resolvida, bem como a emergência de figuras de liderança em seu seio.

*Maria Raphaela Campello é mestre em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Contato: mariaraphaela.campello@gmail.com. Caio Gontijo é doutorando em *Politics and International Studies* na University of Wollongong. Contato: caiovgontijo@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE

Cesarismo; populismo; crise orgânica; marxismo; pós-marxismo.

FROM GRAMSCI TO LACLAU

Caesarism and Populism in Perspective

ABSTRACT

This article is dedicated to examining the propositions of Antonio Gramsci and Ernesto Laclau on the topic of crisis. Departing, on the one hand, from the idea of Caesarism/Bonapartism as presented by Gramsci and, on the other, from the idea of populism as posed by Laclau, a debate is sought on the points of convergence and divergence between their categories and their implications for the analysis of periods of hegemonic crisis — the point of departure of one author as well as the other. Thus, under the lens of hegemony and the implications of its dissolution, an attempt is made to place Marxism and post-Marxism, each represented by one of its most important theorists, in dialogue. With this movement, it is hoped to gain a broad understanding of the movements in which the crisis is generated and is apparently resolved, as well as the emergence of leading figures in its midst.

KEYWORDS

Caesarism; populism; organic crisis; Marxism; Post-Marxism.

Introdução

É lugar comum sugerir que as “crises” permitem aberturas, maiores ou menores, à emergência de novas formas e conteúdos políticos. Mas, a menos que se iguale a explicação com aquilo que se deseja explicar sob o nome de “crise”, incorrendo-se em redundância, a crise não pode figurar como a resposta em si mesma para essas emergências. Como Gramsci comentou sobre a análise das situações, ao elegermos dois princípios para a investigação, quais sejam o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes (ou que estejam em via de aparecer), e o de que nenhuma totalidade social se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações, termina-se com uma solução para a redundância: encontrar uma justa relação para aquilo que é conjuntural e aquilo que é orgânico. Assim, encontra-se também uma proporção que pode ser justamente atribuída à crise, enquanto conjuntural, de menor alcance e mais relativamente passageira, ou orgânica, de maior alcance e mais relativamente permanente.

Como sintoma, a crise sempre está em anacronismo. Surge demasiadamente tarde, necessariamente depois de que as condições para ela já tenham se desenvolvido e apresentado ao ponto de sua conformação. Em certo sentido, a situação anterior à crise também é crise. Se ela é imanente a essa situação anterior e sua “solução” (ainda que aparente) também seja, logicamente, imanente dela mesma, também deve-se dizer que ela também é anterior à crise. A essa solução, portanto, não pode ser atribuída

mera função, pois já existia anteriormente sem essa pretensão. Portanto, de seu aparente funcionalismo deve ser retirado o sentido de intencionalidade, ou de “ideologismo”, como se a história fosse feita por grandes indivíduos e suas ideias; mas também deve-se retirar o sentido de “economismo”, como se cada movimento dela apenas correspondesse a um interesse estritamente econômico imediato.

Mas assim como a reversão retroativa do (inicialmente) contingente em necessário é a condição para a atribuição do próprio sentido de necessidade, a solução à crise só pode figurar como tal numa reversão “funcionalista”. Formas e conteúdos emergentes da crise só se apresentam assim como se se anunciassem com a função de solucioná-la. Evidentemente, no entanto, essa solução não deixa de ser uma solução caso a avaliemos valorativamente, razão pela qual, na história, diversas “soluções” às crises foram piores do que as próprias crises e resultaram em outras crises maiores ou menores.

Cesarismo e populismo, assim como a crise, são termos amplos e às vezes abusados como resposta generalizante. Ao cesarismo, por exemplo, Gramsci faz questão de acrescentar as possibilidades “cesarismo progressista” e “cesarismo regressivo”, ao considerar também a direção relativa dos elementos constituintes predominantes em cada tipo. Aí, explicita-se que a direção figura como contrapartida lógica à função. Similarmente, quando são apontados “populismo de direita” e “populismo de esquerda”, na indicação de que haja uma aproximação no âmbito das formas, primeiro elemento dessas expressões, seguida de um grande distanciamento em termos do conteúdo prático (político,

econômico, ideológico etc.), explicita-se também uma oposição dual básica entre forma e conteúdo.

Com isso em mente, cabe perguntar-se qual a relação possível entre as duas categorias. A resposta para essa questão poderá, talvez, ajudar-nos a obter uma compreensão mais ampla dos momentos de crise — inclusive o atual. Nesse sentido, propomos uma investigação sobre: 1) como se conformam essas mesmas categorias de análise em Gramsci e Laclau e por que ganham tal centralidade; e 2) quais seus pontos de divergência e convergência.

Crise orgânica e Cesarismo

[O] conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (Marx 2017: 248).

Não há um capítulo chamado “a crise” n’*O Capital*. O conceito mesmo de crise se torna cada vez mais complexo enquanto Marx desenvolve o que é o capital. Pode-se dizer, de maneira geral, que “crise” nega o capital (mais exatamente, é o capital que nega a si mesmo, como totalidade que inclui seu próprio contrário: a crise é inerente, imanente), quando capital é entendido como valor que se valoriza, enquanto crise é desvalorização do valor. Mas o entendimento sobre uma ou outra crise também é imanente, e deve se conectar ao *método*. Referimo-nos à dialética entre concreto imediato (categorias “simples”) e concreto

real (categorias “superiores”).¹ Desta forma, segundo Marx, em *Teorias da mais-valia*:

Não pode haver crise sem compra e venda se desvincularem e entrarem em conflito, sem aparecerem as contradições contidas no dinheiro como meio de pagamento, isto é, sem a crise se patentear ao mesmo tempo na forma simples — na contradição entre compra e venda, na contradição do dinheiro como meio de pagamento. **Mas temos aí meras formas — possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real.** Nelas aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo *com fundamento* concretizado. A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento — e ambas já existiam muito *antes* da produção capitalista sem terem sucedido crises — podem realizar-se e se realizam sem crises. **Assim, essas formas sociais não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato** (Marx 1980: 947, grifo nosso).

De acordo com o método e, portanto, aprofundando-se nas categorias a partir da situação que presenciava, Gramsci propõe a compreensão dos acontecimentos que assumiam o nome de “crise”, em 1929, a partir de três pontos:

1 Lukács explica, sobre as categorias “simples” e “superiores”, que: “Para Marx, sempre esteve claro que o inferior (o mais simples, o mais abstrato) só pode ser conhecido a partir do superior (do mais complexo, do mais concreto). [...] a categoria simples é ponto de partida da exposição (mercadoria, trabalho, dinheiro, etc.). Sua dialética materialista, o caráter histórico, contudo, impede-o do equívoco de não perceber o caráter histórico (dependendo das circunstâncias, até historicamente tardio, resultado de muitas derivações) das categorias simples”. (Lukács 2015: 99).

1) Será preciso combater todos os que pretendem dar destes acontecimentos uma definição única ou, o que é o mesmo, encontrar uma causa ou uma origem única. Trata-se de um processo, que tem muitas manifestações e no qual causas e feitos se interligam e se sobrepõem. [...] 2) Quando começou a crise? A questão está ligada à primeira. Tratando-se de um desenvolvimento e não de um evento, a questão é importante. Pode-se dizer que a crise como tal não tem data de início, mas só algumas de suas “manifestações” mais clamorosas, que são identificadas com a crise, de modo errôneo e tendencioso. 3) A crise tem origem nas relações técnicas, isto é, nas respectivas posições de classe, ou em outros fatos, como legislações, desordens etc.? Decerto, parece demonstrável que a crise tem origens “técnicas”, ou seja, nas respectivas relações de classe, mas que, em seus inícios, as primeiras manifestações ou previsões deram luz a conflitos de vários tipos e a intervenções legislativas, que jogaram mais luz sobre a própria “crise”, não a determinaram, ou acentuaram alguns de seus fatores. (Gramsci 2015a: Q15 §5, 316-317)

Gramsci conclui que: “a ‘crise’ é tão somente a intensificação quantitativa de certos elementos, nem novos nem originais, mas sobretudo a intensificação de certos fenômenos” (2015a: Q15 §5, 317), e que, finalmente: “Em suma, o desenvolvimento do capitalismo foi uma ‘crise contínua’, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam”. (ibid.). No momento, contudo, em que alguns elementos predominam, ao passo que outros desaparecem ou se tornam inativos, tem-se os acontecimentos aos quais se dá o nome de crise.

Em acordo com os *Grundrisse*, Gramsci, na mesma nota, explica que o estudo desse fenômeno pode se dar em seus diferentes planos e aspectos: monetário, financeiro, produtivos, de comércio interno, de comércio exterior etc. Isso porque não se pode excluir que cada um destes aspectos possa aparecer “isoladamente” em diferentes países e, portanto, como predominante, ou máxima manifestação, devido à divisão internacional do trabalho e das funções (ainda que o problema fundamental seja sempre o produtivo; em Marx, o momento predominante).

Desde o triunfo capitalista no fim da Guerra Fria e, particularmente, do implemento de sua variação neoliberal, houve uma sucessão de crises.² As crises, como Marx e Gramsci as entendem, podem se apresentar em diversos aspectos. As crises da década de 1990 e início da década de 2000, começando-se pela do México (1994) e terminando-se na da Argentina (2001), em função da variação histórica do capitalismo ao qual correspondem, são fundamentalmente financeiras.

Ao longo dos anos 1990 e 2000 observou-se, crises “pontuais”, “localizadas”, ainda que com efeitos globais mais ou menos dramáticos em determinados países ou regiões. Se toda a história desse período pode ser considerada a história destas “pequenas” crises, ainda que sem ameaças para o crescimento da economia global, em 2007-2008, no entanto, este quadro muda profundamente. A partir desta data, a crise, que é a mesma, se torna ainda mais evidentemente a mesma. Tem-se, inicialmente, a crise do

2 Crise do México, em 1994, a crise dos Gigantes Asiáticos, em 1997 (principalmente na Tailândia e, em seguida, Malásia, Indonésia e Filipinas, repercutindo também em Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul), a crise da Rússia em 1998, a crise da bolha da internet em 2000 e a crise da Argentina (2001).

subprime, desencadeada em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco (*subprime mortgage*) — prática que arrastou vários bancos para situação de insolvência, repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

Em seguida, a mesma crise ganha maior dimensão, no que convencionou-se chamar de “Crise Econômica de 2008”, inaugurada pelo colapso do banco de investimento Lehman Brothers em 15 de setembro de 2008, consequência da crise do *subprime*. O que se gerou foi a ainda maior Grande Recessão, período de declínio econômico geral observado nos mercados mundiais no final dos anos 2000 e início de 2010 — inclusive, com contração da economia global. Tratou-se do mais grave impacto geral desde a Grande Depressão nos anos 1930, embora a dimensão e o momento exatos das recessões variaram de país para país.

A saber, logo na sequência, a crise da dívida pública da Zona do Euro, especialmente dramática em Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda. Os dois primeiros, por exemplo, chegaram a apontar à esquerda na busca pela “solução” da crise: os novos partidos que se reivindicavam de “esquerda radical”, SYRIZA e Podemos, ganharam em 2015, respectivamente, o governo central da Grécia e as prefeituras de Madri e Barcelona (e todo o resto seguiu em direção contrária, com rupturas internas e denúncia de capitulação em ambos, conseqüente perda de força e concomitante ascensão de forças à direita). Na América Latina, a crise se intensificou a partir de 2012-2013. Isso se deu devido ao fim do ciclo das *commodities*, e seu grande impacto variou em

apresentação em cada unidade nacional: na Argentina, inflação; na Venezuela, desorganização do sistema produtivo; no Brasil, crise fiscal.

Dada a especificidade de cada crise, portanto, é preciso qualificá-la concretamente a cada momento e compreender o peso relativo do desequilíbrio dos elementos que antes se neutralizavam. Isto significa estabelecer qual é o alcance histórico de cada uma destas “crises”; e verificar concretamente, por exemplo, se um “momento” de crise pode aprofundar-se a tal ponto que esta deixe de se configurar apenas como conjuntura e se torne orgânica — comprometendo a estabilidade de um bloco histórico. Não se pode antever, é claro, que cada desbalanceamento no campo das estruturas corresponda mecanicamente a um análogo no campo das superestruturas (no limite, pode-se hipotetizar, por exemplo, sobre a circunscrição de uma ideologia “consumista” a uma deformidade na taxa de câmbio que resulte em doença holandesa, temporária valorização real dos salários etc.); se pode antever apenas, a partir de um desbalanceamento, a sintomática sincronia de mudanças *nos dois campos*.

Chega-se, portanto, à concepção de “crise orgânica” em Gramsci (ou, sua variação intercambiável nos *Cadernos*: “crise de hegemonia”). Refere-se à noção definida em *Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica* e segundo a qual: “O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. [...] Fala-se em ‘crise de autoridade’: e isto é precisamente a crise de hegemonia”. (Gramsci 2017: Q13 §23, 61). O autor dos *Cadernos* continua: “Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a

do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático”. (2017: Q13 §23, 61-62). Tal equilíbrio, em alternativa àquele “catastrófico”, ainda de acordo com Gramsci, deverá possuir fatores variados — mais relevantemente a imaturidade, a falta de acúmulo de forças, quer sejam progressistas ou conservadoras para vencer — culminando na necessidade de um “senhor”, “condutor” (*condottiere*).

Acontece que esse “condutor”, assim como as crises, apresenta-se sempre diferentemente, sob condições novas, em cada momento qualitativamente diferente. Também como as crises, alguns elementos “relativamente permanentes” se mantêm por serem mais orgânicos. Pode-se notar a atualidade do distante ano de 1848 no que Marx comenta:

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*” [...]. A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação de mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. (Marx 2011: 36-37).

A emergência deste tipo de figura histórica, comum aos períodos de crise orgânica, representa uma situação perigosa, segundo Gramsci. Ela representa o trânsito do implícito ao

explícito de “potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (Gramsci 2017: Q13 §23, 60), como foi o caso com Luís Bonaparte. Em *18 de Brumário*, Marx comenta que todos os grandes fatos e personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. A esta ideia, emprestada de Hegel, ainda acrescenta: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Frente à volta das *idées Napoléoniennes*; do “sobrinho” como o “tio”; do “capricho” (*coup de tête*) de Luís Bonaparte como o 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte, Marx explica:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (Marx 2011: 25-26, grifo nosso).

Na ocasião em que escrevia Marx, os nomes, palavras de ordem e figurinos franceses de 1789-1814 retornavam, como se tomados por empréstimo, no período de 1848-1851. Na verdade, a própria tradição revolucionária de 1789-1814 se travestia: ora de República Romana e ora de cesarismo romano. Igualmente, o

fatídico ano de 1848 parodiava, por vezes, aquele de 1789 e, por outras, a tradição de 1793-95. Para Marx, essas “ressurreições dos mortos” cumpriam a função de glorificar novas lutas, exaltar cada momento histórico e não a de simplesmente parodiar os que as precederam. O “bonapartismo” de Bonaparte III cumpria então um papel histórico antitético às conquistas burguesas da revolução anterior, mas não como pura e simples volta ao passado.

Diferentemente do passado, não se tratou mais de mera “dominação burguesa”, exercida sobretudo pela coerção. Marx (2011: 152) explica que “Bonaparte gostaria de ser encarado como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas ele não tem como dar a um sem tirar do outro” e segue dizendo que Bonaparte gostaria de figurar como: “o homem mais prestativo da França e transformar toda a propriedade e todo o trabalho da França em obrigação pessoal para com ele. Ele gostaria de roubar toda a França para dá-la de presente à França ou, melhor, para poder comprar a França de volta com dinheiro francês”. (2011: 152).³ Era demarcado aqui, portanto, o limite do avanço das conquistas históricas das lutas de classes via fórmula da “revolução permanente”. O que significava dizer que “revoluções burguesas como as do século XVIII precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso [...]. Em contrapartida, as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha” (2011: 29-30).

3 No que se mantém bastante atual, Marx ainda observa sobre a “compra” da França, que: “E o instituto da compra passa a ser integrado por todas as instituições do Estado: o Senado, o Conselho de Estado, o Legislativo [...]. Meio de compra é todo e qualquer posto no exército e na máquina governamental”. (Marx 2011: 152).

O momento de 1848-51 na França é, portanto, fundamental para a compreensão da nova fase na qual desenvolvia-se a luta de classes: de “sucesso em sucesso” a “interrupções contínuas”. O caminho da luta de classes, nos países de maior complexidade em sua sociedade civil, agora transitava para uma luta “hegemônica”, mais do que por uma irrupção frontal, ou seja, de caráter militar. Gramsci explica, numa nota a respeito do cesarismo⁴ moderno, que o elemento militar agora perdia relevância frente ao crescimento das instituições “privadas” no âmbito da sociedade civil, os aparatos hegemônicos que conformam o Estado na concepção “integral” gramsciana:

César, Napoleão I, Napoleão III, Cromwell etc. Catalogar os eventos históricos que culminaram em uma grande personalidade “heroica”. Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas também pode suceder que nem A nem B vençam, porém se debilizem mutuamente, e uma terceira força C, intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B [...]. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em

4 Em Gramsci, é indiferente o uso dos termos “cesarismo” e “bonapartismo”. Marx faz referência a César no 18 Brumário, mas, de resto, se mostra contrário ao uso do termo “cesarismo” quando em referência a sua descrição de Bonaparte. De acordo com sua observação no prefácio à segunda edição inglesa de 1869 do 18 Brumário: “espero que o meu escrito contribua para eliminar esse chavão do suposto cesarismo, que se tornou corrente em especial na Alemanha. Quando se faz essa analogia histórica superficial, esquece-se o principal, ou seja, que, na Roma antiga, a luta de classes se travava apenas no âmbito de uma minoria privilegiada, entre os ricos livres e os pobres livres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, compunha o pedestal meramente passivo para aqueles contendores”. (Marx 2011: 19).

última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. [...]. Pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade “heroica” e representativa. Também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. (Gramsci, 2017: Q13 §27, 76-79).

Em sociedades “ocidentais”, o elemento estritamente repressivo (ligado à coerção) cede espaço ao consenso que, por sua vez, se conecta a uma dimensão mais sofisticada da representação, à qual Gramsci chama de “policia”. Trata-se de um policiamento que visa disciplinar aspectos ideológicos, midiáticos, judiciais, etc. através daquilo que o filósofo sardo denomina de “aparelhos privados de hegemonia” (Coutinho 2014: 132). Isto é, como já definimos, aquelas sofisticadas organizações “privadas” da sociedade civil, que compõem o Estado integral e que se destinam a desarmar os subalternos no terreno do ideológico, onde encontra-se o discurso, e a obter o consenso, ainda que passivo, das maiorias.

Populismo

A relação entre o ideológico e o discursivo, no entanto, se complexifica em Gramsci e ganha maior centralidade no que convencionou-se chamar de “pós-marxismo”. Para Ernesto Laclau — cujas reflexões teóricas a partir dessa relação notada em Gramsci ajudaram a fundamentar essa nova corrente —, ainda que “encontrado” no ideológico, o discurso não está simplesmente contido nele. Isto é, para Laclau, o discurso não é

mero elemento da ideologia, mas a anatomia do mundo ideológico (2013: 47). Por meio de operações discursivas, no momento populista são constituídas identidades populares amplas o suficiente para abranger os diversos setores da população. Ou seja, trata-se de um momento relevante na conformação de sujeitos e, por essa mesma razão, não se pode subestimar o discurso populista como mera demagogia.

Nota-se o germe dessa percepção em seu gramscianismo, ainda que enriquecido com outras influências, no que Gramsci também notou e propôs uma intrincada interconexão entre linguagem, senso comum e os sistemas de crenças populares:

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente — já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo —, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência [...] Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o

de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos (Gramsci 2015b: Q11 §12, 73).

Gramsci aproxima a linguagem ao “popular” (seja via “senso comum”, ou “religião popular”), mas pouco menciona o termo “populismo”. Nas poucas vezes em que a palavra aparece nos *Cadernos*, ela normalmente assume uma conotação negativa. Gramsci fala da “ida ao povo” como um movimento que evidencia a real desconexão entre uma classe e esse mesmo “povo”. Ele chega a comentar que a aproximação ao povo pode significar uma tentativa de retomada do pensamento burguês, após assimilar alguns elementos ideológicos das classes populares, para melhor exercer sua hegemonia sobre elas, quando esta entra em crise (2014: Q6 §168, 202).

Gramsci comenta, sobre a “ida ao povo”, que: “Seria um retorno a formas ‘democráticas’ mais substanciais do que o ‘democratismo’ formal corrente. [...] Seria interessante uma lista das ‘tendências populistas’ e uma análise de cada uma delas” (Gramsci 2014: Q6 §168, 202-203). Para Gramsci há, sob a possibilidade populista, um movimento em direção a uma democracia substancial, cuja contrapartida dual seria um democratismo formal. Para Laclau, a situação se traduz de maneira próxima, ao propor entendê-la “focando o argumento numa contraposição básica: institucionalismo *versus* populismo” (Laclau 2013: 19).⁵

5 Laclau asserta que: “De qualquer maneira, seja de esquerda, seja de direita, decisivamente o populismo se constitui sempre em torno de um corte. Em certo momento, o sistema institucional vigente entra em obsolescência e mostra sua incapacidade de absorver as novas demandas sociais pelas vias tradicionais; [...] Poderíamos dizer que populismo e institucionalismo em suas formas “puras” (ideal-típicas) seriam os extre-

Tem-se, ainda assim, uma diferença substancial entre “populismo” e “cesarismo” (ou “bonapartismo”) que justifica com que os conceitos não sejam intercambiáveis. Laclau o nota ao propor:

Conforme ele enfatiza [*Stallybrass*], a dificuldade que Marx enfrenta em sua análise inicial do bonapartismo, no *18 de Brumário*, é determinar a natureza social do regime, dado que todos os regimes políticos deveriam ser a expressão de algum tipo de interesse de classe. A resposta de Marx é que a base social do regime de Luís Bonaparte é constituída de camponeses, pequenos proprietários rurais. Entretanto, ele tem de qualificar quase imediatamente seu julgamento, afirmando que os camponeses, dada sua dispersão, não constituem uma classe, mais um simples agregado, “do mesmo modo que as batatas num saco formam um saco de batatas”. Isso confere ao Estado bonapartista um grau mais alto de autonomia do que aquela gozada por outros regimes que dependem de uma base social heterogênea, que possibilitou ao Estado mover-se entre diferentes classes. Isso, de acordo com *Stallybrass*, é o início de uma crise na teoria marxista. A crise é o sinônimo da emergência da articulação política como algo absolutamente constitutivo do laço social. (Laclau 2013: 216-217).

A categoria de articulação é central para o desenvolvimento da teoria laclauniana. Não sem oferecer um verdadeiro desafio ao materialismo histórico — cuja magnitude justifica o

mos desse processo contínuo. O institucionalismo extremo (e, como tal, impossível) seria a pura e simples substituição da política pela administração. [...] Mas também um populismo extremo, baseado na pura mobilização e sem objetivos de transformação institucional, constitui uma opção impossível. Na prática, as políticas sempre se constroem em algum ponto interior desse processo contínuo, nunca em seus extremos. Cada mobilização e cada regime apresentam uma combinação, em proporções variáveis, de populismo e institucionalismo” (Laclau 2013: 21-22).

fato de que o autor, ao contrário de muitos que se debruçaram sobre o marxismo, seja considerado o fundador do pós-marxismo —, a este materialismo Laclau adicionou um interessante elemento discursivo. É seguindo a linha do trabalho inaugural dessa linha teórica, *Hegemonia e estratégia socialista* — escrito a quatro mãos com a belga Chantal Mouffe — que o argentino viria posteriormente a sugerir desvincular a categoria “populismo” de qualquer conteúdo particular. O populismo, em sua definição mínima (Stavrakakis et al.: 2017), pode ser entendido como uma *forma* de articulação entre demandas sociais (insatisfeitas) e a ordem política. Examinemos essa afirmação em maior detalhe.

A articulação é assim definida por Laclau e Mouffe:

No contexto dessa discussão, nós chamaremos de articulação qualquer prática estabelecendo uma relação entre elementos de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos discurso. (Laclau; Mouffe 2014: 105, trad. nossa)⁶

A articulação não consiste em um fenômeno puramente linguístico. Assim como o discurso (definido como um sistema diferencial de posições entre elementos linguísticos e não-linguísticos), ela abrange a totalidade das instituições, rituais e práticas através das quais se estrutura a formação discursiva. Ela emerge da própria impossibilidade de fixação de significados de

6 “In the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse.”

maneira plena; isto é, do fato de que nenhuma identidade social está blindada de forças exteriores que impedem a identificação completa, uma vez que as identidades são, elas próprias, inteiramente relacionais. Da impossibilidade, portanto, de um princípio único que seja capaz de fixar significados inequivocamente, de estabelecer-se um significante transcendental cuja existência independe ou é exterior ao sistema de diferenças. (Laclau; Mouffe 2014).

Este é o terreno no qual Laclau e Mouffe situam o populismo. É a forma de articulação entre as demandas sociais e a ordem política que é comum aos populismos, não seu conteúdo, que é dificilmente definível. Essa frouxidão do termo não é casuística ou mera dificuldade intelectual dos autores que se debruçam sobre o fenômeno. Na verdade, seu caráter elusivo é a própria força e diferencial do populismo. De fato, um consenso acadêmico começa a emergir em torno de uma definição mínima de populismo. Autores como Canovan (1999), Van Kessel (2015) e Mudde e Kaltwasser (2017), parecem afastar-se da ideia de populismo enquanto ideologia — como propõe Stanley (2018). Pelo contrário, as três leituras vão ao encontro da proposta de Laclau (de esvaziamento da noção de “populismo” de qualquer conteúdo ideológico particular) na medida em que rejeitam uma visão idealista centrada no suposto moralismo homogeneizante que seria característico da ideologia populista, cujo resultado seria a separação de dois campos antagônicos, o do povo e o das elites corruptas. (Stavrakakis et al. 2017). Como aponta Laclau, “o populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político”. (Laclau 2013: 28).

Essa forma de construir o político é pautada pela negatividade e equivalência. Em uma lógica diferencial, positiva, presume-se uma totalidade da comunidade, que opera sem divisões sociais. Assim, qualquer demanda legítima pode ser satisfeita de maneiras não-antagônicas e interadministrativas. (Laclau 2005). Entretanto, quando as demandas não são satisfeitas, a articulação pode se dar de maneira negativa, em torno da própria insatisfação generalizada, não de forma propositiva.

Para Laclau, o populismo opera discursivamente em uma lógica de equivalência — não diferencial —, que reduz o número de posições que podem ser combinadas em um mesmo discurso. Apesar do caráter particular de cada demanda, há um agregamento de demandas, que o autor chama de cadeia de equivalências. Por meio da cadeia, todas as determinações diferenciais objetivas dos termos se perdem. Quando todas as características diferenciais de um objeto tornam-se equivalentes, a positividade do objeto torna-se impossível. Através da equivalência, expressa-se, portanto, o que o objeto não é. Cada demanda, ao mesmo tempo que constituindo uma instância particular, se vê articulada com a totalidade negativa de demandas. A cadeia subverte o caráter plural das demandas e transforma todas as diferenças em identidade: a cadeia elimina a separação entre as demandas, não elas mesmas.

Se, em uma lógica diferencial, o sujeito da demanda era ela própria — sujeito democrático, para Laclau (2005) —, na lógica da equivalência, o sujeito da demanda é expandido, de forma a conter a totalidade da cadeia de equivalências — dando origem ao que o autor chama de sujeito popular. Assim, quanto menos as

demandas puderem ser individualmente absorvidas por uma ordem política, maiores são as chances de que elas se aglutinem na forma de um sujeito popular, criando as condições para uma emergência populista.

A constituição de um aglomerado de demandas induz, por sua vez, uma leitura simplificadora da realidade política, que tem como expressão o antagonismo entre o eu (ou nós) e o outro, contrapondo elementos populares e democráticos à ideologia do bloco dominante. De fato, a emergência de uma subjetividade popular só é possível com a delimitação de uma fronteira interna: como a equivalência se dá em termos negativos, é preciso identificar a fonte da negatividade.

Como qualquer discurso, o discurso populista tenta dominar o campo da discursividade e conter a diferença inerente a ele. A especificidade desse tipo de discurso reside no elemento que constitui-se como centro do discurso — para Laclau e Mouffe, o ponto nodal. No discurso populista, o ponto nodal é “o povo”, definido como oprimido. A emergência de um povo, por sua vez, carrega consigo, forçosamente, o surgimento de seu oposto: o “outro” definido como pólo de poder. É em torno desse ponto nodal que se articula a cadeia de equivalências, que apenas é possível se determina uma oposição ao poder que não satisfaz nenhuma das demandas que a conformam. A representação dessa cadeia, por sua vez, só é possível se uma demanda passa a representá-la.

Esse processo é o que Laclau e Mouffe (2014), a partir da influência gramsciana, chamam de hegemonia: a construção de uma significação popular. A hegemonia consiste na articulação

entre significantes, isto é, agentes sociais, que gera identidade coletiva. Nessa articulação, os significantes apenas possuem significado relacional (daí a necessidade de um outro que surge concomitantemente ao povo). Quando um novo significante é incluído na cadeia, portanto, só pode adquirir significado por meio do estabelecimento de relações com os outros elementos, modificando a própria natureza da cadeia — processo que os autores chamam de “antagonismo”.

A constituição de algum tipo de universalismo retórico — e, conseqüentemente, algum nível de dicotomização do social — não é, portanto, característica exclusiva do populismo. O esvaziamento de significantes é necessário para a construção de qualquer tipo de identidade coletiva — já que a identificação é, em última instância, impossível — na lógica hegemônica. Na verdade, pode-se argumentar que esta seja uma característica de toda a esfera do político, entendido com algum tipo de representação. O populismo é apenas uma das formas que essa pretensão à universalidade pode tomar.

Note-se, finalmente, que, para a teoria de Laclau — ao contrário do que é comum observar-se entre aqueles que se dedicaram a trabalhar com a categoria de populismo — o líder não é central — de fato, Laclau ocupa-se muito pouco dessas figuras em *Razão populista*. Embora tenha-se convencionado associar o populismo ao populista, a figuras históricas como Juan Domingo Perón ou contemporâneas como Donald Trump, para Laclau tais indivíduos figuram como apenas mais um dos elementos que constituem a cadeia de equivalência. Se a lógica da equivalência leva à emergência dessa singularidade, o papel do líder, aí, é o de

uma singularidade que representa a cadeia, levando à identificação da unidade do grupo com seu próprio nome. O líder não opera, portanto, como agente fundador do populismo; antes, apresenta-se como uma consequência do movimento mais amplo de constituição da cadeia de equivalências e da subjetividade popular que são característicos dos momentos de crise hegemônica.

Conclusão

A relação entre “cesarismo” e “populismo”, neste ponto, começa a transitar do implícito para o explícito. Tem-se inicialmente, em ambos os casos, uma crise comum. Na possibilidade de uma crise “orgânica”, como para Gramsci, não apenas expiram os consensos que permitiam o exercício hegemônico, mas também aquelas “formas”, inexoravelmente construídas pela linguagem, que antes se apresentavam ao todo social com as diplomáticas roupagens do institucionalismo/democratismo (contra os quais recorre-se, às vezes, ao obscuro e seu efeito de ridículo corrosivo). O complexo constituído de linguagem, senso comum e “folklore” entra em descompasso, com mudanças relativamente diferentes em cada um desses níveis, a variar conforme varia o escopo da própria crise, orgânica ou conjuntural, e imanentes à própria crise que as gerou.

Por isso o momento da crise apresenta maior autonomia em relação a seu processo (orgânico) de conformação, não obstante não goze de plena liberdade. A imanência das mudanças provocadas pela crise, inclusive de suas “soluções”, a apresenta

como uma radical abertura, marcada pela vagueza e generalidade com a qual as formas emergentes propõem solucioná-la. Para Laclau (2013: 53), a vagueza e a generalidade nos discursos populistas são imanentes da própria realidade social que, em algumas situações, é vaga e indeterminada.

É por essa razão que, como gramsciano, Laclau parte, igualmente, da crise da hegemonia. Dela, entretanto, tira conclusões diferentes. Abandonando a ideia de cesarismo/bonapartismo, Laclau coloca a linguagem como centro de sua análise da crise. Aquilo que Gramsci descreve como uma virada propriamente política, em que as contradições internas a um bloco histórico o levam a uma crise orgânica, mas sem que outro bloco social (classe ou aliança de classes) possa substituí-lo e exercer hegemonia (donde a emergência de líderes de tipo cesarista, o fortalecimento de elementos burocráticos como espécie de solução temporária à crise), Laclau — marcado pela influência de autores ligados à chamada “virada linguística”, como Michel Foucault, e pelo próprio Saussure —, traduz em termos da linguagem. Para ele, a crise orgânica é a crise manifesta na linguagem: o momento em da rearticulação entre significantes, o espaço que há para que estes se esvaziem e se preencham de significados. E, daí mesmo, a ideia de que, em Laclau, o populismo — isto é, uma das manifestações desse vazio, referente à ideia do povo — seja esvaziado de significações substantivas, tornando-se, fundamentalmente, uma *forma* de construção do político.

Aí está o aspecto de maior interesse para a relação que pode-se observar entre o cesarismo e o populismo. As distintas naturezas entre “cesarismo” e “populismo”, que permitem com

que os dois termos figurem como coisas distintas, manifestam-se na própria maneira como Gramsci e Laclau os descrevem. A saber, se em Laclau nota-se o populismo como forma de construção do político; Gramsci, não obstante não seja um mero mecanicista ou funcionalista, fala todo o tempo de uma “solução cesarista” e, conforme comentamos inicialmente, ela só pode figurar como tal numa reversão que a atribua *função*.

Disto resulta que populismo e cesarismo não figurem como categorias excludentes e que se apresentem como diferentes categorias reflexivas de uma mesma situação concreta. Da crise emergem formas políticas cuja função é precisamente solucioná-la, não obstante não realmente as resolvam. Resulta possível, portanto, um “cesarismo populista”, cuja duração histórica é de difícil mensuração. Sua imbricação talvez possa sugerir o trânsito de momento para processo (de conjuntural para orgânico), caso consiga conformar um novo bloco histórico, encorajado por uma cadeia de equivalências.

Recebido em 26/08/2021

Publicado em 03/02/2023

Referências

- CANOVAN, M. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.
- COUTINHO, C. N.. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. Edição e tradução de C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- *Cadernos do cárcere: Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
 - *Cadernos do cárcere: Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
 - *Cadernos do cárcere: Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices*. Ed. e trad. C. N. Coutinho, M.A. Nogueira e L.S. Henriques, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Verso Trade, 2014.
- *Populism: What's in a Name. Populism and the Mirror of Democracy*, v. 48, 2005.
 - *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LUKÁCS, G. *Reboquismo e Dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe*. Trad. N. Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

- . *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. N. Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- . *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O Capital*. Trad. R. Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1980.
- MUDDE, C; KALTWASSER, C. R. *Populism: A very short introduction*. Oxford University Press, 2017.
- STANLEY, B. The thin ideology of populism. *Journal of political ideologies*, v. 13, n. 1, p. 95-110, 2008.
- STAVRAKAKIS, Y et al. Extreme right-wing populism in Europe: revisiting a reified association. *Critical Discourse Studies*, v. 14, n. 4, p. 420-439, 2017.
- VAN KESSEL, S. *Populist parties in Europe: Agents of discontent?*. Springer, 2015.